



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
CURSO DE ZOOTECNIA

AMANDA MORAES CORREA

**FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO
JOSÉ DE RIBAMAR–MA: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

São Luís

2017

AMANDA MORAES CORREA

**FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO
JOSÉ DE RIBAMAR–MA: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**

Monografia apresentada ao Curso de Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Zootecnia.

Orientador: Profa. Dra. Nancyleni Pinto Chaves Bezerra

São Luís

2017

Corrêa, Amanda Moraes.

Fortalecimento da agricultura familiar no município de São José de Ribamar - MA: análise do Programa de Aquisição de Alimento (PAA) / Amanda Moraes Corrêa. – São Luís, 2017.

57 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Zootecnia, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Prof^a. Dra. Nancyleni Pinto Chaves.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas. 3. Programa de Aquisição de Alimentos. I. Título.

CDU 633:“321:324”:32(812.1)

AMANDA MORAES CORREA

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR-MA: o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Monografia apresentada ao Curso de Zootecnia do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Zootecnia.

Aprovada em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. DSc. Nancyleni Pinto Chaves Bezerra

Orientadora

Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Profº. DSc. Francisco Carneiro Lima

1º Avaliador

Maranhão Universidade Estadual do - UEMA

Profº Danilo Cutrim Bezerra

2º Avaliador

Maranhão Universidade Estadual do - UEMA

“Só pode permanecer na frente aquele que está em constante movimento, fazendo de sua vida uma aprendizagem constante, sem se preocupar com os obstáculos superados, mas focando nos obstáculos que ainda estão por vir.”

(Luíz Alves)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que abriu o mar para que eu passasse a pés enxutos, e é por sua graça, que tenho vislumbrado a lugares que minha mente jamais imaginou chegar.

Aos meus pais, Regina Helenice Moraes Correa e Jose Ribamar Alves Correa, instrumentos preciosos de Deus em minha vida, sempre presentes na minha caminhada, aqueles que nunca mediram distância, valor e esforços para que eu pudesse sorrir.

Aos meus irmãos Aline Moraes Correa e Alex Arthur Moraes Correa

Ao meu esposo Joseni Pereira Costa

A todas as minhas amigas Isabel, Amália e Raabe

A todos os produtores pela solicitude. A todos eles manifesto meus sinceros agradecimentos.

À minha orientadora, Profa. Nancyleni Pinto Chaves, pelo estímulo e grande auxílio sem a qual esse trabalho não seria o mesmo.

Aos Professores do Curso de Zootecnia; Ricardo Teles, por sua responsabilidade e apreço ao conhecimento, exemplo de simplicidade e humildade; Afrânio Gazola, por seus ensinamentos preciosos; Inês Carneiro, exemplo de entusiasmo, foi e continua sendo um prazer tê-los como participante da minha formação.

À Universidade Estadual do Maranhão, no nome do Magnífico Reitor Gustavo Pereira da Costa.

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo de caso que teve por objetivo avaliar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de São José de Ribamar – MA, no período de 2011 a 2015. Para a realização do estudo, procedeu-se ao levantamento de informações na plataforma PAA Data da Secretaria de Informação e Gestão do Ministério do Desenvolvimento Social do governo federal, entre os anos de 2011 a 2015 e, ainda entrevista com a médica veterinária do Município. Foram consideradas, no levantamento, as seguintes variáveis: quantidade/número de agricultores fornecedores do PAA, gênero dos agricultores; atividade desempenhada, produção em kilos (kg) de alimentos, número de entidades beneficiadas e recursos investidos em reais (R\$). No último ano do levantamento foram identificados 196 agricultores cadastrados, sendo 100 do sexo masculino e 96 do sexo feminino. Dos 196 agricultores, 139 praticavam a agricultura familiar simples com a produção de alimentos centralizada na zona rural do Município. Foi identificada ainda, a produção de 202.896,20 kg de alimentos, com o beneficiamento de 64 entidades e o investimento de R\$ 1.099.97,98. Pode-se concluir que o PAA é uma política pública com viabilidade de reestruturação e fortalecimento da agricultura familiar no Município de São José de Ribamar, com capacidade de absorção de grande variedade de alimentos produzidos, uma forma de desenvolvimento social com a inserção de mulheres agricultoras e consequente aumento da remuneração das mesmas, e ainda, uma forma de melhoria e segurança alimentar com o escoamento da produção voltada para a própria comunidade, com o beneficiamento de escolas e creches.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas públicas. Programa de Aquisição de Alimentos, Maranhão.

ABSTRACT

The present work consists of a case study that had the objective of evaluating the results of the Food Acquisition Program (PAA) in the Municipality of São José de Ribamar - MA, in the period from 2011 to 2015. For the accomplishment of the study, (SAGI) of the Ministry of Social Development of the federal government between the years 2011 to 2015 and, also an interview with the veterinary doctor of the Municipality. The following variables were considered: number / number of farmers supplying the PAA, farmers' gender; activity in production, production in kilograms (kg) of food, number of beneficiaries and resources invested in Reais (R\$). In the last year of the survey, 196 registered farmers were identified, of which 100 were male and 96 were female. Of the 196 farmers, 139 practiced simple family farming with food production centralized in the rural area of the Municipality. It was also identified the production of 202.896.20 kg of food, with the beneficitation of 64 entities and the investment of R\$ 1.099.97.98. It can be concluded that the PAA is a public policy with the feasibility of restructuring and strengthening family agriculture in the municipality of São José de Ribamar, with the capacity to absorb a great variety of food produced, a form of social development with the absorption of women farmers and consequently with an increase in their remuneration, as well as a form of improvement and food security with the production flow directed to the community itself, with the beneficitation of schools and day care centers.

Keywords: Family agriculture. Public policies. Food Acquisition Program. Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 2

Figura 1	Etapas de um programa de governo para execução de políticas públicas.....	23
-----------------	---	----

Capítulo 3

Figura 1	Número de agricultores familiares integrantes do Programa de Aquisição de Alimentos do Município de São José de Ribamar – MA no período de 2011 a 2015.....	38
Figura 2	Polos e número de produtores envolvidos com o Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São José de Ribamar – MA.....	39
Figura 3	Atividades desempenhadas pelos agricultores integrantes do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São José de Ribamar – MA	41
Figura 4	Produção de alimentos em kilos (kg) adquiridos no Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São José de Ribamar – MA.....	42
Figura 5	Número de entidades beneficiadas com o Programa de Aquisição de Alimentos do Município de São José de Ribamar – MA no período de 2011 a 2015.....	44
Figura 6	Recursos em reais (R\$) investidos no Programa de Aquisição de Alimentos do Município de São José de Ribamar – MA no período de 2011 a 2015.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultura Familiar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPR	Cédula de Produtor Rural
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DEMA	Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GGPA	Grupo Gestor do PAA
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	Ministério da Educação
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PAP	Plano Agrícola Pecuário
PFZ	Programa Fome Zero
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEMA	Secretaria do Estado e Meio ambiente
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1.1	Referencias.....	16
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1	Agricultura Familiar	19
2.1.1	Conceituação e Delimitação da Agricultura Familiar	19
2.1.2	Agricultura Familiar no Brasil	20
2.1.3	Agricultura Familiar no Estado do Maranhão	21
2.2	Políticas Públicas	22
2.3	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar	25
2.3.1	Caracterização do PAA	25
	Referencias	29
3	ARTIGO CIÊNTIFICO.....	33
3.1	Introdução	34
3.2	Metodologia	36
3.2.1	Local de Estudo	36
3.2.2	Levantamento de Dados	37
3.2.1	Resultado e discussão	37
3.2.2	Conclusão.....	46
3.2.3	Referencias	47
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
	APÊNDICE.....	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A agricultura familiar (AF) é caracterizada pelo controle da família sobre os meios de produção e ao mesmo tempo pela efetivação do trabalho, geralmente em pequenas áreas de terras. A sua importância consiste no fato de estar intrinsecamente vinculada à segurança alimentar e nutricional, preservar os alimentos tradicionais, contribuir para uma alimentação balanceada e salvaguardar a agro biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais (LIMA; FIQUEIREDO, 2006; EMBRAPA, 2014).

A AF também representa uma oportunidade para impulsionar as economias locais, demonstrando um grande potencial para a geração de postos de trabalho e renda. Além de colaborar para responder aos impactos das mudanças climáticas e ambientais, bem como às mudanças de padrões e hábitos de consumo (EMBRAPA, 2014).

A partir da década de 1990 houve um crescente incentivo à AF, devido à sua importância para o desenvolvimento sustentável nacional, em decorrência do êxodo rural existente neste período e pelo motivo que as cidades não conseguiam absorver a mão-de-obra vinda do campo. Este incentivo e interesse mais tarde materializaram-se em políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (TEODORO et al., 2005).

As políticas públicas de fortalecimento da AF surgiram no Brasil após uma longa trajetória de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento do latifúndio agroexportador e o fomento de grandes complexos agroindustriais no país, contexto esse envolto no paradigma do capitalismo agrário e do agronegócio (LOURENZANI; LOURENZANI; OTÁVIO, 2004).

Contudo, o termo agricultura familiar, a princípio foi introduzido nas discussões sobre políticas públicas em função da criação do PRONAF. Portanto, esta é considerada como relativamente recente na arena de discussão política brasileira. O PRONAF facilita a execução das atividades agropecuárias, ajuda na compra de equipamentos modernos e contribui no aumento da renda e melhoria da qualidade de vida no campo (MULLER, 2007).

Mesmo com várias modificações ao longo de sua existência, o PRONAF, está voltado para fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores familiares,

contribuir para a elevação de renda monetária e melhorar a qualidade de vida deste público (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004).

A política de crédito do PRONAF, mesmo com seus impactos positivos na esfera econômica, não tem sido capaz de estimular uma mudança efetiva nas características do padrão de desenvolvimento agrícola que vigora no meio rural brasileiro, conforme destacado por Aquino e Schneider (2010).

Com isso, a fim de fornecer segurança alimentar e nutricional, além de fortalecimento da AF, foi incentivado o PNAE que é um programa que garante por meio de transparência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos da educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas e incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversos, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais (FNDE, 2011).

O PNAE contempla uma grande variedade de grupos sociais da AF e não deixa de ser uma segurança para os agricultores vulneráveis que aproveitaram os instrumentos de produção e comercialização desta política. Por isso, é fundamental a sua ampliação, pois, ainda é muito reduzido o número de agricultores familiares e camponeses que participam desse programa, sendo muito baixo o valor dos recursos públicos destinados para a sua execução (BRASIL, 2009).

No ano de 2003 surgiu o PAA instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696 (BRASIL, 2003), e regulamentado pelo Decreto nº 6.447 de 2008 (BRASIL, 2008), sendo concebido dentro de um grupo de políticas estruturantes do Programa Fome Zero e destina-se à compra de produtos da AF para diversos fins, sendo esses adquiridos sem licitação, até um limite financeiro anual máximo de vendas por agricultor familiar e a preços que não podem ultrapassar os praticados nos mercados locais. Desta forma, o programa busca fazer uma conexão entre a política agrícola e de segurança alimentar (MATTEI, 2007).

O PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), recebendo recursos do mesmo, e do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA) e mais recentemente do Ministério da Educação (MEC). Esse programa é executado em todo território nacional por meio de modalidades distintas implementadas por tais Ministérios em parceria com governos municipais, estaduais e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (MDS, 2011; MDA, 2011).

O PAA tem proporcionado impactos positivos na AF trazendo diversos benefícios, entre eles: aumento na renda, diversificação na produção vegetal, comercialização, assistência técnica, associativismo, participação das mulheres e jovens e acesso à informação (SOUZA; VALENTE JÚNIOR, 2006; CHMIELEWSKA; SOUZA; LOURETE, 2010).

São José de Ribamar é um dos primeiros municípios do Estado do Maranhão a aderir ao PAA. A adesão ocorreu no ano de 2011 em um momento em que o Município passava por processo de descentralização de políticas públicas que buscavam relacionar o fortalecimento da AF com ações de segurança alimentar de populações carentes (PORTAL IMIRANTE, 2008).

A partir do contato com a realidade dos agricultores familiares durante a realização do Estágio Curricular Obrigatório do curso de Zootecnia da Universidade Estadual do Maranhão ficou evidente que a adoção de políticas públicas que promovam o combate a fome, a desigualdade e a pobreza, a inclusão produtiva, a segurança alimentar e nutricional e a cidadania são formas de fortalecer a agricultura familiar. Na perspectiva de discutir o PAA enquanto política social que visa promoção da agricultura familiar associado a escassez de estudos nessa temática no Estado do Maranhão que se realizou a presente pesquisa.

O tema proposto para esse estudo integra a grande área das ciências Agrárias e serão estudados neste trabalho, os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São José de Ribamar- MA. Para o desenvolvimento deste trabalho, inicialmente foram feitas observações sobre agricultura familiar e políticas públicas voltadas para esta área, fundamentadas teoricamente por pesquisadores que trabalharam a temática, originaram alguns questionamentos e a partir dos mesmos realizou-se esse Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Para isso, foram analisados durante o Estágio Curricular Obrigatório aspectos relacionados ao PAA no Município de São José de Ribamar – MA, área de avicultura, relacionadas ao sistema de criação, comercialização dos produtos, renda agropecuária e gestão da qualidade de produto.

Com este TCC pretende-se atingir os seguintes objetivos: (i) Avaliar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de São José de Ribamar – MA, no período de 2011 a 2015; (ii) Analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de São José de Ribamar - MA enquanto política pública

de fortalecimento da agricultura familiar; (iii) Fazer uma análise detalhada do funcionamento da modalidade Compra Direta Local com Doação Simultânea (CDLDS) no Município de São José de Ribamar - MA; (c) Identificar impactos, sejam eles positivos ou negativos, nos agricultores familiares participantes do PAA do Município de São José de Ribamar – MA; (d) Colocar em discussão o PAA enquanto política social que visa promover a agricultura familiar.

Perscrutando tal questão este TCC se estrutura em quatro capítulos, onde o primeiro capítulo é referente as considerações iniciais. No segundo capítulo encontra-se a fundamentação teórica do trabalho. No terceiro capítulo é apresentado um artigo, resultado desta pesquisa, intitulado “**PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - MA: um estudo de caso**”, organizado de acordo com as normas da Revista Higiene Alimentar. Já no quarto capítulo, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

1.1 REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. (Des)**caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural**. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal, 2010. Disponível em: <www.cchla.ufrn.br>. Acesso em: 02 nov. de 2017.

BRASIL. **Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de Julho de 2009. 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <http://comunidades.Mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/alimenta- o escolar/ RES38_FNDE.pdf>. Acesso em: 02 nov. de 2017.

CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2010, 42 p. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1510.pdf>. Acesso em: 02 nov. de 2017.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Visão 2014-2034: o futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira: síntese**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 53 p. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/1024963/1026466/O+Futuro+de+Desenvolvimento+Tecnol%C3%B3gico+da+Agricultura+Brasileira++s%C3%ADntese.pdf/3c6b3113-689b-4595-a750-59429d37bc4d>>. Acesso em: 29 out. de 2017.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar**. 2011. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programa_salimentacao_escolar>. Acesso em: 13 nov. de 2017.

LIMA, J.R.T.; FIQUEIREDO, M. A. B. **Extensão Rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**, Recife: Bagaço, 2006. 174p.

LOURENZANI, W. L.; LOURENZANI, A.E.B.S.; OTÁVIO, M. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em:<[Batalha2http://www.fitoscience.com.br/administracao/upload/20100823_101648.pdf](http://www.fitoscience.com.br/administracao/upload/20100823_101648.pdf)> Acesso em: 16 out. de 2017

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 07, p. 33-44, 2007.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 2011. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 01/11/2017.

MDS. **Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome**. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso: em 01 nov. 2017.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Porto Alegre/RS: UFRGS**. 2007. 128 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2007.

PORTAL IMIRANTE. **Notícias São José de Ribamar**. <http://imirante.com/sao-josedribamar/noticias/2008/11/27/ribamar-e-referencia-na-aquisicao-de-alimentos.shtml>. Acesso em: 30 out. de 2017.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. **Histórico, Caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004: 21-50.

SOUZA, J. M. P. S.; VALENTE JÚNIOR, A. S. **Análise das Liberações dos recursos do PRONAF – descentralização das aplicações do Crédito Rural? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 2006 Fortaleza – CE. Anais... Brasília – DF: SOBER, 2006

TEODORO, P. A. V. B.; NAZZARI, R. K.; BERTOLINI, G. R. F.; MIYAZAKI, J.; GAFFURI, J.; SCHMIDT, R. M. **Agricultura Familiar: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável**. 2005. Disponível em: <<http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/economia/meco05.pdf>>. Acesso em: 01 nov. de 2017

REVISÃO DE LITERATURA

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Agricultura Familiar

2.1.1 Conceituação e delimitação da agricultura familiar (AF)

A agricultura familiar (AF) surgiu do modelo camponês que possui como características básicas de seu conceito clássico o acesso a terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto, trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, autossustentância combinada a uma vinculação ao mercado e certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas (CARDOSO, 1987, p. 56; apud ALTAFIN, 2007, p.2).

As discussões sobre AF tem ganhado mais destaque nos últimos anos uma vez que importantes pesquisas feitas nesse setor mostraram números significativos de desenvolvimento econômico e sustentável. Apesar de a AF possuir um enorme potencial devido a sua expressão econômica, com capacidade de absorver mão-de-obra, gerar renda e promover o desenvolvimento local, ainda existe a preocupação com o êxodo rural e a pobreza no campo (BONNAL; MALUF, 2009).

No entanto, o termo “agricultura familiar” é relativamente novo no Brasil. Anteriormente falava-se em “agricultura de baixa renda”, “pequena produção”, ou ainda “agricultura de subsistência”, essas expressões podem gerar interpretações errôneas do verdadeiro conceito de AF. Pois podem remeter a ideia de que se trata de um pequeno produtor que vive em uma situação precária, sem que consiga ingressar em mercados mais complexos, o que não é verdade já que a tecnologia está cada vez mais inserida no campo (BACHA, 2004).

Existem vários conceitos que definem o termo “agricultura familiar” sendo que no geral é entendida como uma produção de base familiar. A Lei da Agricultura Familiar em seu artigo 3º define a agricultura familiar e o AF da seguinte forma:

“[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).

A lei também inclui no conceito de agricultura familiar os:

“[...] silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; [...] aquículturas que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...] extrativistas pescadores que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaadores” (BRASIL, 2006).

Já Venâncio (2008) faz uma dura crítica a esta lei quando afirma que: “*o que está em questão é a defesa da tese de que a agricultura familiar está inserida na lógica do desenvolvimento do capitalismo*”. O autor deixa claro que parece que a existência da AF devesse muito mais às políticas criadas pelo Estado que a luta dos pequenos agricultores.

Para alguns autores pode ser incluído no termo agricultura familiar tudo que não faz parte da agricultura patronal ou latifúndio. Para outros, o termo agricultura familiar, faz esquecer a luta histórica pela terra. Contudo, o agricultor familiar é aquele que tem na agricultura sua principal fonte de renda e que a base da força de trabalho utilizada na propriedade rural seja desenvolvida por membros da familiar sendo opcional a utilização da mão-de-obra temporária de pessoas que não pertencem a família (TINOCO, 2005; KUSTER; MARTÍ, 2004).

Portanto, a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução social da família. Pois, hoje o meio rural não é visto apenas como um ambiente onde se tem contato com a natureza, mas também como um ambiente ativo, onde ocorrem os processos sociais representativos. Nesse sentido, os agricultores familiares são os protagonistas do processo onde a dinâmica social ocorre (TINOCO, 2005).

2.1.2 Agricultura familiar no Brasil

O crescimento da agricultura brasileira tem sido fortemente influenciado pelos aumentos crescente de produtividade, em políticas públicas estabelecidas adequadamente, sobretudo, consubstanciando na força empreendedora do produtor rural brasileiro, tendo um crescimento vertiginoso verificado no aumento da produção de grãos resultante do investimento constante em pesquisa, genética, nutrição, assistência

técnica, crédito rural, ampliação dos mercados, manejo e defesa agropecuária (LIMA; FIQUEIREDO, 2006).

A AF tem participação relevante no crescimento e desenvolvimento do País, pois os agricultores familiares representam 84,4% dos estabelecimentos totais, mas ocupam apenas 24,3% da área de estabelecimentos agropecuários brasileiros. O setor da AF representa uma significativa parcela do agronegócio brasileiro (OLIVEIRA, 2007).

Várias pesquisas têm sido efetuadas no país, verificando a importância da AF brasileira, desta maneira, o resultado destas pesquisas mostra que há um importante valor quantitativo, ajudando no crescimento do país, na geração de riqueza. No entanto, quando se relaciona a AF com a agricultura não familiar, percebe-se que há uma injustiça social e política considerável para um país que se propõe a ser um Estado democrático (NEVES, 2007).

Mesmo diante dessas adversidades, a AF supera a agricultura não familiar em pessoal ocupado e participa do valor bruto da produção em 59 milhões contra 89 milhões da agricultura não familiar. De maneira geral, se a ocupação das áreas aumentasse em 50%, a AF participaria em quase 123 milhões e teria mais pessoas ocupadas no meio rural (SILVA; SILVA, 2011).

2.1.3 Agricultura familiar no Estado do Maranhão

O Maranhão é considerado um dos Estados mais férteis e ricos do Brasil, contudo, é conhecido por ser um dos mais pobres econômica e socialmente, pois apresenta informações que variam de grande produtor nas áreas de energia, minério e agropecuária a Estado mais miserável da federação, além de ser também o maior exportador de mão-de-obra barata para os diversos serviços (NASCIMENTO, 2011).

O Estado possui relação histórica com a atividade agrícola, marcada por ciclos econômicos como os do algodão, açúcar e babaçu. O setor agropecuário maranhense responde atualmente por 17% do Produto Interno Bruto (PIB), taxa pouco maior que o da indústria (15%). Isso demonstra a importância do setor agrícola para a economia maranhense (LIMA et al., 2002).

Atualmente 36,9% dos maranhenses moram em áreas rurais e são responsáveis pela produção de alimentos, sendo a AF a principal responsável pelo

abastecimento da mesa da população maranhense uma vez que 91,31% dos agricultores maranhenses são familiares e ocupam mais de 262 mil estabelecimentos agropecuários, ao passo que os outros 8,69% representam a agricultura não familiar, conhecida também como patronal (IBGE, 2010).

No entanto, vale ressaltar que o acesso dos agricultores familiares aos serviços públicos que fomenta a produção e gera renda é bastante limitado, apesar de atualmente, a Política Agrícola ser desenvolvida no Estado por meio do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) que tem o objetivo de aumentar a produção de alimentos para garantir o abastecimento do mercado estadual (MESQUITA, 2011).

O PAP consubstancia as medidas de política agrícola que não somente assegura níveis adequados de recursos mais também eleva os limites de financiamento de custeio, de comercialização e de investimentos, com ênfase para os programas de investimento em áreas prioritárias, abrangendo infraestrutura, logística, irrigação, inovação e desenvolvimento sustentável (MARANHÃO, 2016).

2.2 Políticas Públicas

As políticas públicas compreendem as ações coletivas, um compromisso público que visa suprir as demandas específicas de cada localidade, garantindo o bem estar social das mesmas. Ou ainda, um conjunto de ações e decisões que o governo utiliza, diretamente ou através de delegação, para resolver os conflitos e influenciar a vida dos cidadãos (FREY, 2000; SOUZA; VALENTE JÚNIOR, 2006)

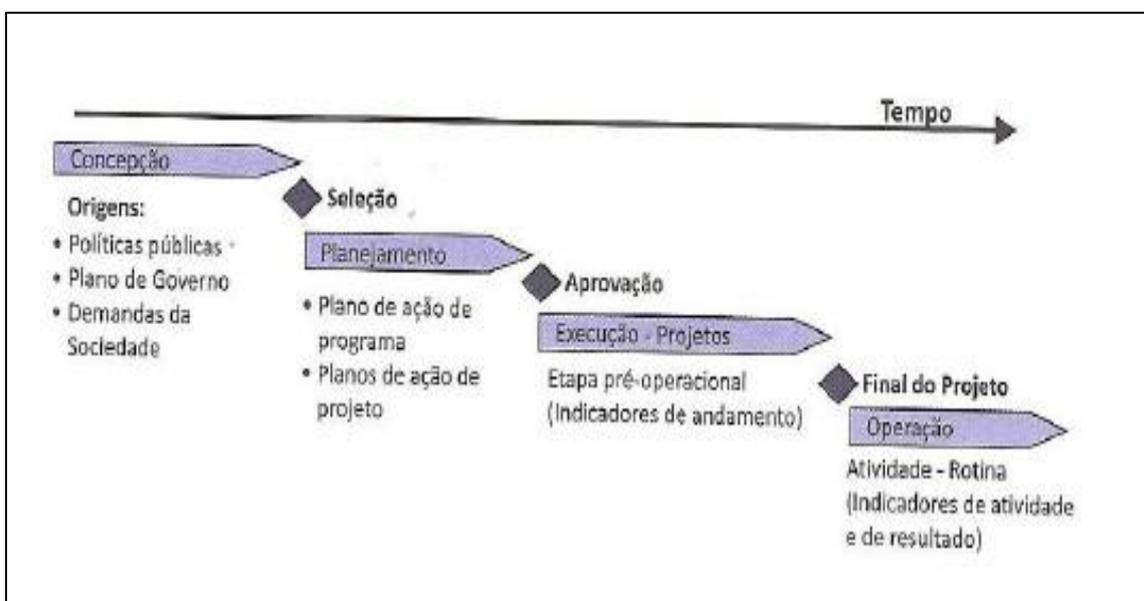
A política pública também é uma ação intencional do poder público, com objetivos a serem alcançados. Por isso, entende-se que esta responde a demanda da população, e que prevalece o interesse da coletividade. As políticas que tem como objetivo atender às necessidades específicas dos agricultores familiares foram implantadas no Brasil na metade da década de 1990, e a integração entre elas é de grande importância para o desenvolvimento da AF (BUAINAIN; ROMEIRO, GUANZIROLI, 2003).

Já a gestão das políticas públicas refere-se a um conjunto de princípios, normas e funções com a finalidade de ordenar os fatores de produção e controlar a produtividade e eficiência para obter determinado resultado e envolve as funções

administrativas de planejamento, execução, avaliação e controle (BUAINAIN; ROMEIRO, GUANZIROLI, 2003)

A execução das políticas públicas é realizada através dos programas de governo. Estes são compostos por várias fases que são colocadas em pratica e podem ter muitas formas de operacionalização. Os programas são vinculados a uma situação-problema, a fim de solucionar ou melhorar tal situação. Além disso, possuem objetivo, demandam recursos, tem início, desenvolvimento e término definidos (GRANJA, 2010), conforme demonstrado na Figura 1

Figura 1. Etapas de um programa de governo para execução de políticas públicas



Fonte: FUNDAP (2005) apud Granja (2010).

Existem vários atores sociais envolvidos no universo das políticas públicas, estes são pessoas, grupos ou organizações que possui um projeto político, que controla algum recurso relevante. E ainda que acumulam forças no seu decorrer e possui capacidade de produzir fatos capazes de viabilizar seu projeto podendo seus interesses serem afetados de forma positiva ou negativa pelo rumo tomado pela política pública (SOUZA; VALENTE JÚNIOR, 2006).

As políticas públicas seguem um ciclo de políticas (Policy Cicle). Este é composto por quatro fases sendo estas fases sequenciais e em constante interação conforme citado por Rua (2009, p.28).

- i. **Formação de agenda:** ocorre a definição das prioridades, a qual uma situação é reconhecida como um problema político;
- ii. **Formulação:** envolve a formação de alternativas por meio da apresentação de propostas para resolução dos problemas e tomada de decisão por meio da escolha de alternativas;
- iii. **Implementação:** é quando as decisões tomadas deixam de ser intenções e passam a ser intervenção na realidade;
- iv. **Monitoramento e avaliação:** envolve o acompanhamento das etapas e os processos, sendo posteriormente realizado o julgamento do resultado de uma política segundo critério de valores.

As políticas públicas são avaliadas com base na eficiência do desempenho operacional, na eficácia do alcance dos objetivos esperados. Na efetividade do alcance do resultado pretendido como adequada utilização dos recursos envolvidos. E na equidade ou capacidade de contribuir para a redução da desigualdade e exclusão social, assim como pela sustentabilidade para desencadear mudanças permanentes utilizando o uso racional dos recursos (MOREIRA, 2009).

O importante no processo de avaliação de tais políticas é a conexão lógica entre os objetivos da avaliação, os critérios de avaliação e os modelos analíticos utilizados, que irão dizer se a política pública ou programa foi um sucesso ou um fracasso. A avaliação de forma sistemática, contínua e eficaz dos programas, permite alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer dados importantes para o desempenho do desenho da política pública e para tornar a gestão pública mais eficaz (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Entre os programas da política agrícola voltados para a AF destaca-se, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros. O primeiro permite o acesso ao crédito para custeio da safra ou atividade agroindustrial, para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários. (SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR, 2011/2012, p.07).

O PNAE libera recursos financeiros para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos no município pela agricultura familiar. Estes recursos são repassado através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE em conta corrente específica automaticamente dispensando a realização de convênios para os Estados, Distrito Federal, municípios e escolas federais, cabendo aos entes públicos fazerem a prestação de contas dos recursos recebidos, sob pena de responsabilização da autoridade responsável por declaração falsa ou diversa da que deveria ser inscrita (BRASIL, 2009).

Já o PAA, destina-se à compra de produtos da AF para diversos fins, sendo esses adquiridos sem licitação, até um limite financeiro anual máximo de vendas por agricultor familiar e a preços que não podem ultrapassar os praticados nos mercados locais (SOUZA; LOURETE, 2010).

2.3 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da AF

2.3.1 Caracterização do PAA

O PAA é uma ação de política pública instituído no ano de 2003 pelo art. 19 da Lei nº 10.696 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, 2008, e tem sua origem no Programa Fome Zero (PFZ) lançado em outubro de 2001 pelo Instituto de Cidadania. O PAA foca em duas questões muito discutidas pelas políticas públicas que é promover o acesso à alimentação e incentivar a AF (VALENTE, 2002).

Segundo Brasil (2004) o PAA a tem como finalidades:

- Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela AF;
- Promover o abastecimento alimentar que compreende as compras governamentais de alimentos incluída alimentação escolar;
- Constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- Apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da AF;

- Garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar;
- Fortalecer circuitos locais e regionais de comercialização.

Para o alcance de ambas as finalidades, o PAA compra alimentos produzidos pela agricultura com dispensa de licitação e os destina as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e aquelas atendidas pela rede sócio-assistencial e pela rede pública geralmente creches, asilos restaurantes populares e famílias atendidas pelas pastorais (SCHIMIDT; JASPER, 2001).

De acordo com Mattei (2006) e Brasil (2014), o PAA é operacionalizado através de algumas modalidades como:

➤ ***Compra com Doação Simultânea (CRP doação)***

Essa modalidade tem como finalidade o atendimento de demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada. Também incentiva a produção local da AF para que esta atenda às necessidades de complementação alimentar das entidades da rede sócias assistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2014).

Os alimentos adquiridos podem ser “*in natura*” ou processados e quando a modalidade é executada por estados e consórcios os agricultores podem vender, individualmente, até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por unidade familiar/ano. Se fornecerem por meio de organizações, o limite passa a ser de até R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por unidade familiar/ano. Os agricultores entregam os alimentos em uma Central de Distribuição, onde são pesados e separados para serem doados (BRASIL, 2014).

➤ ***Compra Direta***

Tem como finalidade a sustentação de preços de uma pauta específica de produtos definida pelo Grupo Gestor do PAA, a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação. Dentre os produtos adquiridos pela modalidade estão: arroz, feijão, milho, trigo, sorgo e outros que venham a ser definidos pelo Grupo Gestor do PAA. A Compra Direta

permite a aquisição de produtos até o limite anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar, e é acessada individualmente (BRASIL, 2014).

➤ ***Apoio à Formação de Estoques***

Apoia financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da AF, visando agregação de valor à produção e sustentação de preços. Posteriormente, esses alimentos são destinados aos estoques públicos ou comercializados pela organização de agricultores para devolução dos recursos financeiros ao Poder Público. São adquiridos os produtos alimentícios da safra vigente (MATTEI, 2006).

Ao identificar a possibilidade de formação de estoque de determinado produto, a organização de agricultores envia uma Proposta de Participação à Conab. A Proposta deve conter a especificação do produto, sua quantidade, o preço proposto, o prazo necessário para a formação do estoque e os agricultores a serem beneficiados. Com a aprovação da Proposta, a organização emite a Cédula de Produto Rural (CPR-Estoque) e a Conab disponibiliza o recurso para que a organização compre a produção dos seus agricultores familiares, beneficie os alimentos e os mantenha em estoque próprio (MATTEI, 2006).

➤ ***Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite – PAA Leite***

O PAA Leite tem como finalidade contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares. São adquiridos leite de vaca e também de cabra sendo que o produtor pode receber pela venda de seu produto até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por unidade familiar/semestre, diferente das demais modalidades nas quais o limite é anual. Caso este valor não seja utilizado totalmente no semestre, não poderá ser compensado no semestre seguinte. O valor do litro de leite pago ao produtor é prefixado de acordo com metodologia definida pelo Grupo Gestor do PAA (MATTEI, 2006).

➤ ***Compra Institucional***

Esta modalidade foi uma inovação do Decreto nº 7.775/2012. Sua finalidade é garantir que estados, Distrito Federal e municípios, além de órgãos federais também

possam comprar alimentos da AF, com seus próprios recursos para abastecer hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros. Seu limite financeiro por unidade familiar/ano é R\$ 8.000,00 (oito mil reais), independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do PNAE (MATTEI, 2006).

Em todas as modalidades do PAA, os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares e devem cumprir os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes (VIEIRA; DEL GROSSI, 2009).

A operacionalização do PAA é simples, pois a compra é feita diretamente e sem licitação, por preço compensador, respeitando as peculiaridades e hábitos alimentares regionais e a situação do mercado local. Desta forma, os preços não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados locais e/ou regionais, os mesmos são determinados pelos gestores do programa no âmbito regional (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2006).

Podem comercializar alimentos para o PAA agricultores familiares, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, indígenas, membros de comunidades remanescentes de quilombos e agricultores assentados, por meio de suas associações ou cooperativas e grupo de interesses informais com no mínimo cinco produtores rurais. Porém os beneficiários fornecedores podem participar do PAA individualmente desde que possuam a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que qualifica a família como da AF que poderá ser obtida junto a instituições previamente autorizadas, entre as quais estão as entidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural ou as Federações e Confederações de Agricultores, por meio de seus sindicatos (BALSADI, 2004).

O PAA é coordenado por estados, Distrito Federal e municípios e, ainda, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) o programa também é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), recebendo recursos do mesmo, e do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA) e mais recentemente do Ministério da Educação (MEC) (VIEIRA, 2008).

REFERENCIA

ALTAFIN, I. **Reflexões Sobre o Conceito de Agricultura Familiar**. 2007. Disponível em: <www.comunidades.mda.gov.br>. Acesso em: 16 out. de 2017

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**: São Paulo: Atlas, 2004.

BALSADI, O. V. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – os primeiros resultados obtidos em 2003. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 35-46, 2004.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. (abril de 2009). **Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. Revista Política & Sociedade, pp. 211-250.

BRASIL, Ida C. Pessoa, **Estado, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável: construção de uma relação diferenciada**. Tese de doutorado, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, Brasília-DF. Junho, 2004.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 01 nov. de 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010**. Brasília: MDA/SAF, 2009. Disponível em: <www.mda.gov.br> Acesso em: 01 nov. de 2017.

BRASIL. **Manual PAA**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://mds.gov.br/central-de-conteudo/seguranca.../manual-manual-operativo-paa>. Acesso em: 2 nov. de 2017.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Revista Sociologias**, n. 10, p. 312-347, 2003.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. 2003. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003. Disponível em: <http://www.fgv.br/ebape/nova-ebape/comum/arq/Costa_castanha.pdf>. Acesso em: 01 nov. de 2017.

DELGADO, G.; CONCEIÇÃO, J.; OLIVEIRA, J. Relatório de Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 6, p. 11-40, 2006.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, jun. 2000.

GRANJA, S. I. B. **Elaboração e avaliação de projetos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

KUSTER, Â.; MARTÍ, J. F. **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer e DED. 2004.

LIMA, J.R.T.; FIQUEIREDO, M. A. B. **Extensão Rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**, Recife: Bagaço, 2006. 174p.

LIMA, T. M. et al. (coord.) **Mapa do trabalho infantil no Maranhão, construção dos indicadores sobre a exploração do trabalho infanto-juvenil**. São Luís: FORUMMA, 2002.

MATTEI, L. Pronaf 10 anos: **Mapa da Produção Acadêmica**. MDA, Brasília, 2006.

MARANHÃO. **Plano Agrícola e Pecuário do Maranhão 2015-2016**. Disponível em <http://www.pap.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros_reforma_agraria>. Acesso em: 17 out de 2017.

MESQUITA, B. A. de. **O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar**, São Luís, EDUFMA, 2011.

MOREIRA, R. J. **Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil**. Novos Cadernos NAEA, v. 11, p. 57-88, 2009.

NASCIMENTO, S. M. V. **A reprodução do campesinato em Brejo (MA) e a participação das agricultoras familiares camponesas frente à expansão da monocultura de soja: duas lógicas de desenvolvimento**. 330 p. 2011. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

NEVES, D. P. **Agricultura Familiar: quantos ancoradouros!** In: FERNANDES, Bernardo Mançano, MARQUES, Marta Inez Medeiros e SUZUKI, Júlio Cezar (orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

OLIVEIRA, F. M. Fruta são: **uma aliança Inter étnica pelo cerrado**. Carolina/MA. 2007. Disponível em http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/ceapg/Acervo%20Virtual/Cadernos/Hist%C3%B3rias/2005/Alianca_interetnica_pelo_cerrado.pdf. Acesso em: 26 out. de 2017.

RUA, M. das G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SCHMIDT, G.; JASPER, U. **Agrawende: oder die zukunftUsererernahrung**. Munchen: Beck, 2001.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Cartilha de acesso ao Pronaf – Saiba como obter crédito para a agricultura familiar**, 2011/2012. Brasília, DF, 2011c. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/\\$File/NT00044052.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/F8D5FB4FAB4789938325771C0068DA07/$File/NT00044052.pdf)>. Acesso em: 01 nov. de 2017.

SOUZA, J. M. P. S.; VALENTE JÚNIOR, A. S.. Análise das liberações dos recursos do PRONAF – **descentralização das aplicações do Crédito Rural?** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2006 Fortaleza – CE. Anais... Brasília – DF: SOBER, 2006.

TINOCO, Sonia Terezinha Juliatto. **Conceituação de Agricultura Familiar** – uma revisão bibliográfica. 2005. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/Cati_tecnologias/teses/TESESONIATINOCO.pdf>. Acesso em 13 de Novembro de 2017.

VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas.** São Paulo: Cortez, 2002.

VENÂNCIO, Marcelo. **Agricultura Familiar: diferentes interpretações e territorialidades.** Documento não numerado. Parte da dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. 2008.

VIEIRA, D. F. A.; DEL GROSSI, M. E. **Influência do Programa de Aquisição de Alimentos em três características da comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu - MG.** In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Porto Alegre, 2009.

VIEIRA, D. F. A. **Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais.** 149 p. 2008. Dissertação (Mestrado em Agronegócios). Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008.

ARTIGO CIENTÍFICO

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO

JOSÉ DE RIBAMAR - MA: um estudo de caso

Amanda Moraes Correa

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Curso de Zootecnia Departamento de Zootecnia. E-mail: amandhinha_moraes@hotmail.com

Nancyleni Pinto Chaves Bezerra

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Docente do Curso de Engenharia de Pesca. E-mail: nancylenichaves@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho consiste em um estudo de caso que teve por objetivo avaliar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de São José de Ribamar – MA, no período de 2011 a 2015. Para a realização do estudo, procedeu-se ao levantamento de informações na plataforma PAA Data da Secretaria de Informação e Gestão do Ministério do Desenvolvimento Social do governo federal, entre os anos de 2011 a 2015 e, ainda entrevista com a médica veterinária do Município. Foram consideradas, no levantamento, as seguintes variáveis: quantidade/número de agricultores fornecedores do PAA, gênero dos agricultores; atividade desempenhada, produção em kilos (kg) de alimentos, número de entidades beneficiadas e recursos investidos em reais (R\$). No último ano do levantamento foram identificados 196 agricultores cadastrados, sendo 100 do sexo masculino e 96 do sexo feminino. Dos 196 agricultores, 139 praticavam a agricultura familiar simples com a produção de alimentos centralizada na zona rural do Município. Foi identificada ainda, a produção de 202.896,20 kg de alimentos, com o beneficiamento de 64 entidades e o investimento de R\$ 1.099.97,98. Pode-se concluir que o PAA é uma política pública com viabilidade de reestruturação e fortalecimento da agricultura familiar no Município de São José de Ribamar, com capacidade de absorção de grande variedade de alimentos produzidos, uma forma de desenvolvimento social com a inserção de mulheres agricultoras e consequente aumento da remuneração das mesmas, e ainda, uma forma de melhoria e segurança alimentar com o escoamento da produção voltada para a própria comunidade, com o beneficiamento de escolas e creches.

Palavras-chave: Agricultura familiar, políticas públicas, Programa de Aquisição de Alimentos, Maranhão.

ABSTRACT

The present work consists of a case study that had the objective of evaluating the results of the Food Acquisition Program (PAA) in the Municipality of São José de Ribamar - MA, in the period from 2011 to 2015. For the accomplishment of the study, (SAGI) of the Ministry of Social Development of the federal government between the years 2011 to 2015 and, also an interview with the veterinary doctor of the Municipality. The following variables were considered: number / number of farmers supplying the PAA, farmers' gender; activity in production, production in kilograms (kg) of food, number of beneficiaries and resources invested in Reais (R\$). In the last year of the survey, 196 registered farmers were identified, of which 100 were male and 96 were female. Of the 196 farmers, 139 practiced simple family farming with food production centralized in the rural area of the Municipality. It was also identified the production of 202.896.20 kg of food, with the beneficitation of 64 entities and the investment of R\$ 1.099.97.98. It can be concluded that the PAA is a public policy with the feasibility of restructuring and strengthening family agriculture in the municipality of São José de Ribamar, with the capacity to absorb a great variety of food produced, a form of social development with the absorption of women farmers and consequently with an increase in their remuneration, as well as a form of improvement and food security with the production flow directed to the community itself, with the beneficitation of schools and day care centers.

Keywords: Family agriculture, public policies, Food Acquisition Program, Maranhão.

INTRODUÇÃO

Atualmente a agricultura familiar constitui-se em uma importante ferramenta para impulsionar as economias locais, demonstrando grande potencial para a geração de postos de trabalho e renda. Além de colaborar para responder aos impactos das mudanças climáticas e ambientais, bem como às mudanças de padrões e hábitos de consumo (EMBRAPA, 2014; DORETTO; MICHELLON, 2007).

No entanto o termo “agricultura familiar” somente passou a fazer parte das pautas de discussões políticas brasileiras na metade dos anos 1990, despertando no país interesse por essa atividade o que culminou na elaboração de políticas públicas que promoveram a inclusão sócio produtiva alimentar e nutricional de indivíduos em situação de vulnerabilidade social e de insegurança alimentar (DENARDI, 2001; SCHNEIDER, 2003).

Entre as políticas públicas voltadas para essas finalidades, destaca-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) criado em 1996 com a finalidade de fornecer crédito e assistência técnica para agricultores familiares que por muitos anos foram os menos beneficiados pelas políticas públicas agrícolas. Passados alguns anos após a criação e implantação do PRONAF, os produtores familiares se organizaram em movimentos sociais para reivindicar junto ao governo o apoio à comercialização dos seus produtos, acesso aos mercados e garantia de preços (MULLER, 2007; LUCENA; LUIZ, 2009).

Diante de tais reivindicações foi criado no ano de 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que é uma ação de política pública instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, 2008, e tem por base o Programa Fome Zero (PFZ) lançado em outubro de 2001 pelo Instituto de Cidadania. O PAA foca em duas vertentes muito discutidas pelas políticas públicas que é promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar (VALENTE, 2002; BASALDI, 2004; DELGADO et al., 2005).

O PAA, também se destina à compra de produtos da agricultura familiar para diversos fins, sendo esses adquiridos sem licitação, até um limite financeiro anual máximo de vendas por agricultor familiar e a preços que não podem ultrapassar os praticados nos mercados locais. Desde a implantação, já foram utilizados mais de 5,3 bilhões de reais em sua operacionalização, tornando-se foco de diversos estudos, tanto por parte do governo federal como pelo meio acadêmico (MATTEI, 2007; MDS, 2011; BRASIL, 2014).

O programa é operacionalizado através das modalidades denominadas Compra Direta, Compra com Doação Simultânea, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Compra Institucional. Essas modalidades visam à aquisição de produtos da agricultura familiar local para abastecer os locais públicos de alimentação e nutrição sendo as ações de acesso à alimentação,

empreendidas por entidades da rede sócio assistencial do município (ROCHA et al., 2007; DESER, 2008)

O PAA é coordenado pelos Estados, Distrito Federal e municípios e, ainda, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). É coordenado também pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), recebendo recursos do mesmo, e do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA) e mais recentemente do Ministério da Educação (MEC) (VIEIRA, 2008; MDS, 2011; MDA, 2011).

O Programa é executado em todo o território nacional e ao longo da sua trajetória várias pesquisas foram realizadas buscando analisar vários aspectos como: eficácia, efetividade, gargalos, impactos e pontos de melhoria, no sentido de identificar possíveis mudanças ocorridas na vida dos beneficiários, bem como verificar se os seus objetivos têm sido cumpridos, gerando resultados satisfatórios (MARTINS; CAVALCANTI, 2007). Nesse contexto, o presente trabalho consiste em um estudo de caso que teve por objetivo avaliar os resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de São José de Ribamar – MA, no período de 2011 a 2015.

MATERIAL E MÉTODOS

Local de Estudo

Como unidade de análise optou-se por centrar as discussões no Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão, por ser um dos municípios desse Estado pioneiros na adesão ao PAA. São José de Ribamar está localizado o extremo leste da Ilha de São Luís, Maranhão. Esta Ilha situa-se ao Norte do Estado e também abrange os Municípios de Paço do Lumiar, Raposa e São Luís (Capital do Estado) (IBGE, 2017).

São José de Ribamar integra a região metropolitana do Estado. Segundo o último censo censitário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), o município detém aproximadamente 175 mil habitantes, sendo o terceiro mais populoso do Estado. A economia ribamarense é principalmente estabelecida em atividades do setor terciário (comércio e serviços no setor público). Já o setor primário, referente às atividades agropecuárias, apresenta menor participação no Produto Interno Bruto (PIB) municipal, quando comparado aos demais setores.

Levantamento de Dados

A presente pesquisa abordou o método quantitativo, por meio do levantamento de informações na plataforma PAA Data da Secretaria de Informação e Gestão (SAGI) do MDS do governo federal, para o Município de São José de Ribamar – MA entre os anos de 2011 a 2015. Essa base de dados foi desenvolvida com o objetivo de apresentar ao público informações sobre o PAA considerando todos os executores do Programa, como: Conab, Estados e Municípios. Havendo ainda uma modalidade específica, denominada PAA Leite, executada pelos Estados do Nordeste brasileiro e por Minas Gerais.

Os dados utilizados [agricultores fornecedores do PAA (quantidade/número, gênero dos agricultores e atividade desempenhada), produção em kilos (kg), número de entidades beneficiadas e recursos investidos em reais (R\$)] foram obtidos de dados secundários da plataforma supracitada, analisados e discutidos posteriormente. A modalidade analisada foi referente à atribuição do município (Compra Direta Local com Doação Simultânea - CDLDS) ligada diretamente ao MDS.

Para maior apropriação dos dados, também foi realizada entrevista com a médica veterinária da Secretaria de Agricultura do Município, além do acompanhamento das atividades do PAA e realizado registro fotográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a agricultura familiar é a principal responsável pelo abastecimento da mesa da população maranhense uma vez que 91,31% dos agricultores maranhenses são familiares e ocupam mais de 262 mil estabelecimentos agropecuários, ao passo que os outros 8,69% representam a agricultura não familiar ou patronal.

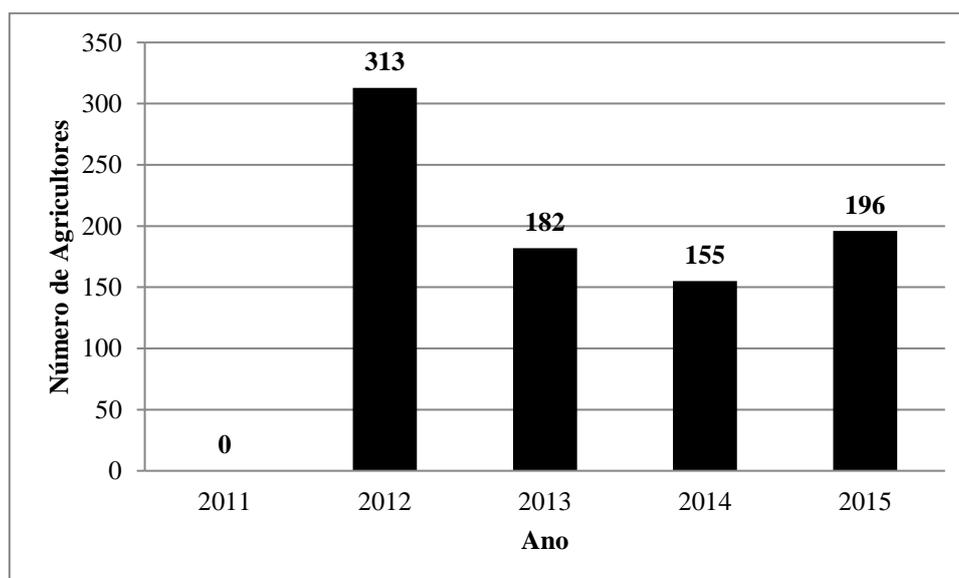
O Estado do Maranhão apresenta 217 municípios e destes, 104 são participantes do PAA. O Município de São José de Ribamar foi um dos municípios pioneiros, a aderir ao programa. A adesão, segundo Reis (2017), ocorreu em um momento de descentralização de políticas públicas que procuravam relacionar o fortalecimento da agricultura familiar com ações de segurança alimentar de populações carentes.

O PAA ribamarense concebido no ano de 2007 surge, então, como uma extensão do Programa Compra Local Municipal. Esse programa fundamentava-se na compra da produção de agricultores familiares para utilização na merenda escolar de escolas públicas municipais.

Segundo Reis (2017), a maior parte dos imóveis rurais ribamarenses é de pequeno a médio porte e realiza atividades agropecuárias de subsistência voltadas, principalmente, ao cultivo de hortaliças, legumes, verduras, frutas e pequenas criações de animais domésticos. Esse cenário propiciou o desenvolvimento de políticas públicas municipais com o objetivo de promover a produção local e o desenvolvimento social das comunidades rurais, e, posteriormente serviria de base para a implantação do PAA no município.

Referente ao número de agricultores familiares, obtidos na plataforma PAA DATA, observa-se que houve variação na quantidade, desde a fase de implantação (2011) até o ano de 2015 (Figura 1), com maior quantitativo de agricultores no ano de 2012, seguida de decréscimo nos anos de 2013 e 2014 e, leve aumento no ano de 2015, porém, ainda, inferior ao observado no segundo ano de implantação do PAA no Município de São José de Ribamar.

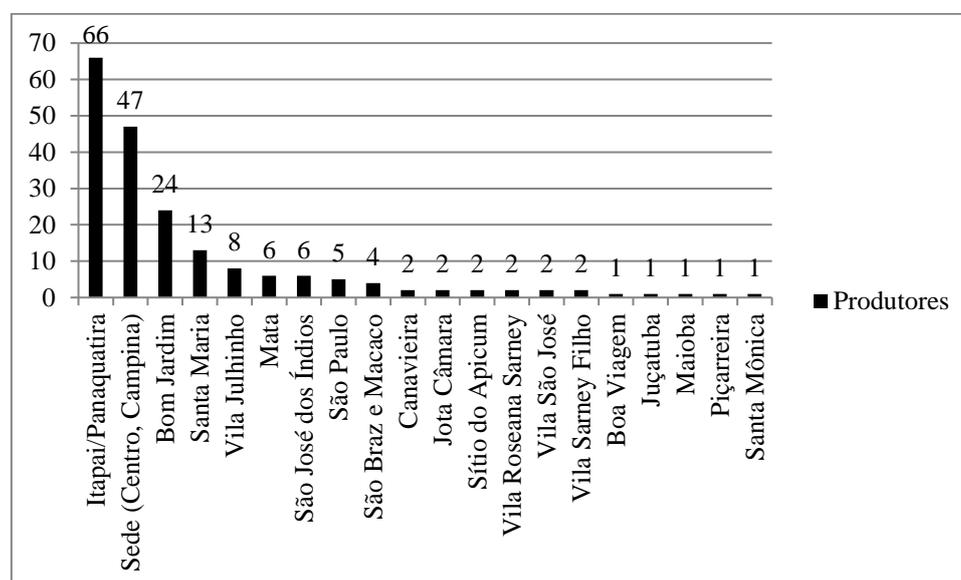
Figura 01. Número de agricultores familiares integrantes do Programa de Aquisição de Alimentos do Município de São José de Ribamar – MA no período de 2011 a 2015



A razão para a redução na quantidade de agricultores familiares participantes do PAA no Município de São José de Ribamar pode ser diversa, mas, de maneira geral, pode-se pensar na falta de familiaridade plena dos agricultores familiares com os procedimentos burocráticos relativos à exigência de documentos e, ainda, nas dificuldades da liberação dos recursos. Para Mattei (2009), Grisa et al. (2011) e Souza (2011) outros problemas enfrentados por esse programa consistem na falta de recursos financeiros e de assistência técnica que possa auxiliar os produtores, além da precariedade da infraestrutura existente. O ponto negativo mais preocupante apontado por esses mesmos pesquisadores é o alto grau de dependência dos agricultores ao programa, levando os produtores a um receio quanto ao fim do PAA e suas dificuldades em seguirem sozinhos sem o amparo da política.

Conforme informações obtidas junto à Secretaria de Agricultura, 20 polos estão envolvidos com o PAA no Município de São José de Ribamar – MA, totalizando os 196 agricultores familiares quantificados no ano de 2015. Na Figura 02 estão discriminados nominalmente estes polos e a quantidade de produtores envolvidos.

Figura 02. Polos e número de produtores envolvidos com o Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São José de Ribamar – MA



Os polos de Itapai/Panaquatira ($n=66/196$; 33,67%), Sede ($47/196$; 23,98%), Bom Jardim ($24/196$; 12,24%), Santa Maria ($13/196$; 6,63%) apresentam o maior quantitativo de produtores envolvidos com o PAA de São José de Ribamar. Estes polos são formados por pescadores artesanais e agricultores familiares. Os polos de

Itapaí/Panaquatira, Bom Jardim e Santa Maria que conjuntamente totalizam 52,55% (n=103/196) dos produtores estão localizados na zona rural do Município.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo IBGE, 84,36% dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar e ocupam 74,4% dos trabalhadores rurais. Embora represente apenas 24% da área ocupada pelos estabelecimentos rurais, a agricultura familiar é responsável por cerca de 40% da produção agrícola e fornece a maior parte dos alimentos consumidos no país (IBGE, 2006).

Com o levantamento realizado foi possível identificar o gênero dos 196 produtores rurais de São José de Ribamar – MA cadastrados no PAA. E, observou-se distribuição harmônica entre homens (n=100/196; 51%) e mulheres (n=96/196; 49%). O resultado identificado pode ser reflexo da Resolução nº 44 do Grupo Gestor do PAA (GGPA), implementada no mês de agosto de 2011. A referida legislação tem por objetivo fomentar o acesso de mulheres ao Programa em todas as suas modalidades. Nas operações realizadas nas modalidades de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e de Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, é exigida a participação de, pelo menos, quarenta e trinta por cento de mulheres, respectivamente, do total de produtores fornecedores, respeitados os demais critérios para a participação no Programa (BRASIL, 2011).

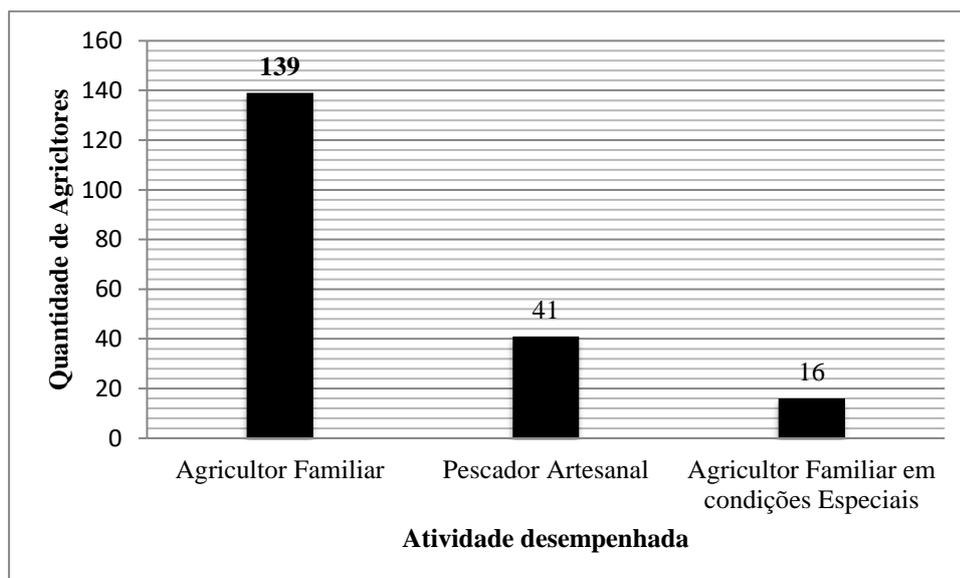
Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2015), o número de fornecedoras no PAA chegou a aproximadamente 25,6 mil produtores. Em 2009, o percentual feminino era de 21%. Contudo, a participação das mulheres é mais expressiva na modalidade Compra com Doação Simultânea. Neste caso, a presença das mulheres como fornecedoras chega a 52%. A Região Nordeste apresenta maior percentual de participação feminina no programa (60%), seguida das Regiões Norte (51%), Sudeste (49%), Centro-Oeste (49%) e Sul (41%).

Ainda segundo a CONAB (2015), a participação das mulheres produtoras rurais em atividades de comercialização, além de melhorar a renda, ajuda a promover a autonomia econômica. A presença cada vez maior do público feminino, combinada com os aumentos de limites do PAA nos últimos anos, elevou a renda da trabalhadora rural participante de R\$ 3,4 mil em 2009 para R\$ 6,5 mil no ano de 2015.

Dos 196 agricultores integrantes do PAA ribamareense no ano de 2015, por meio da análise no PAA DATA, observa-se diversidade no tipo de atividade

desempenhada, o que conseqüentemente reflete na qualidade dos alimentos produzidos e valor pago por estes. A maior quantidade dos agricultores realiza a agricultura familiar (n=139/196; 71%), seguido pela modalidade pesca artesanal (n=41/196; 21%) e agricultura familiar em condições especiais (n=8/196; 16%) (Figura 03).

Figura 03. Atividades desempenhadas pelos agricultores integrantes do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São José de Ribamar – MA



A agricultura familiar executada pelos agricultores ribamarenses é caracterizada pela produção agrícola em pequena escala, ou seja, produção de culturas para consumo familiar e de pequeno excedente para comercialização, representada pela oferta de produtos de uma única natureza, como fruta, verdura e legume, proteína de origem animal (aves, pescado, etc.). Já a agricultura familiar em condições especiais, realizada por 16% dos agricultores apresenta natureza mista e integra produtos de natureza distinta.

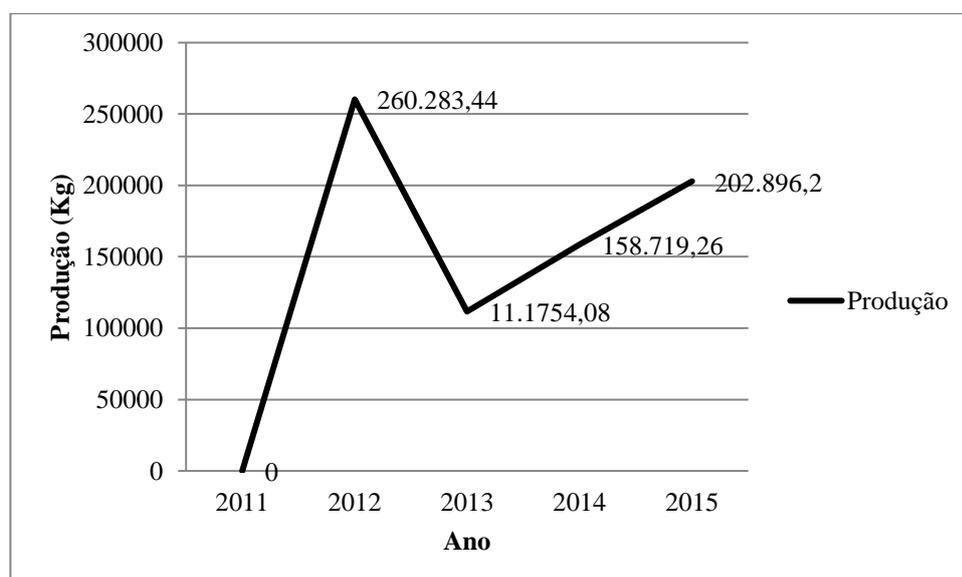
Quanto o valor pago aos alimentos produzidos, aves, pescado e outras fontes de proteína animal apresentam maior valor no mercado, apesar de apresentar menor volume de produção quando comparado aos vegetais (frutas, verduras e legumes). Segundo Reis (2017) aspectos para a precificação são: (i) relação com os valores de mercado convencional; (ii) custos de produção agricultor/pescador; (iii) dependência de fatores externos à atividade humana, controlados ou não (ex.: estiagem, pragas, obrigações com o ciclo de defeso reprodutivo das espécies).

A grande participação de agricultores ribamarenses integrante do PAA na produção de alimentos de manejo simples e acessível e sem a necessidade de grandes demandas de insumos (frutas, verduras e legume) cumprem o propósito desta política pública que é o incentivo a economia local e da divisão da renda familiar, sem necessariamente promover a riqueza do produtor rural.

A compra dos alimentos pelo PAA incentiva o comércio mais justo e melhor remuneração aos produtores o que contribui para a cessação de um modelo ultrapassado e histórico de desqualificar o trabalho do produtor rural e invariavelmente o seu empobrecimento. O pequeno produtor negocia diretamente com o PAA e dessa forma adquire autonomia e rentabilidade concatenados com o tempo e volume de produção. Para Reis (2017), o lucro obtido com a comercialização dos alimentos com o PAA aumenta a capacidade de consumo das famílias, diminuição das dívidas, fomento do bem-estar e qualidade de vidas das comunidades rurais em São José de Ribamar – MA.

Entre os produtos adquiridos pela PAA ribamarense estão as hortaliças, legumes, frutas, verduras, ovos, além de galinha caipira e peixes. Nesse sentido, analisando a produção de alimentos adquiridos no PAA ribamarense, observa-se que o ano de 2012 apresentou maior desempenho em termos de volume de alimentos produzidos com 260.283,44 kg (Figura 04). Nos anos subsequentes do levantamento evidenciou-se decréscimo na quantidade produzida.

Figura 04. Produção de alimentos em kilos (kg) adquiridos no Programa de Aquisição de Alimentos no Município de São José de Ribamar – MA



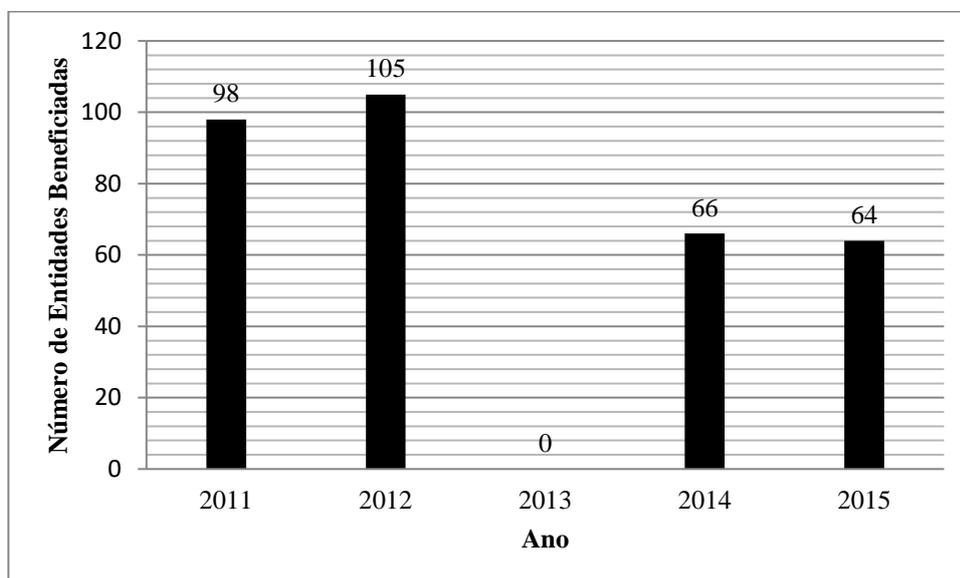
A redução na produção de alimentos no período do levantamento reflete diretamente a redução na quantidade de agricultores integrantes do PAA. Um dos fatores responsáveis por esse quadro pode ser a falta de recursos financeiros e de assistência técnica que possa auxiliar os produtores (MATTEI, 2009; GRISA et al.; 2011; SOUZA, 2011). Adicionalmente, Segundo Veiga Júnior et al. (2017), para fazer jus ao pagamento pela comercialização de seus produtos no âmbito do programa, os produtores já deverão dispor da declaração de aptidão ao PRONAF (DAP), ter previamente se cadastrado nos termos dos editais ou chamadas públicas, fornecer os produtos, emitir Notas Fiscais e receber o ateste pelo recebedor. Porém, diversos pesquisadores trouxeram à tona a dificuldade por parte dos produtores em obter o pagamento pela venda dos alimentos no PAA (GOMES; BASTOS, 2006; VIEIRA, 2008; SILVA et al., 2009; CHMIELEWSKA et al., 2010), e esse pode ser um motivo para a redução no número e produtores e produtos no PAA ribamarense.

Para contextualizar melhor a problemática, estudos realizados pelo próprio governo confirmam a dificuldade existente na operacionalização do Programa quanto à pontualidade do pagamento. No “Balanço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA 2003-2010” (2010), o GGPA realizou diversas pesquisas em diferentes períodos e regiões brasileiras e constatou que os atrasos nos pagamentos são “o mais recorrente problema apontado em relação à operação do PAA”. O problema, segundo o estudo, é acentuado em modalidades que têm os estados e municípios como parceiros. Nessas situações, a burocracia federal se soma à burocracia interna dos entes (BRASIL, 2010).

Na maioria dos estudos supracitados, observa-se que os atrasos de pagamento variam de um a seis meses, podendo chegar a um ano. Visando reduzir a problemática, e a partir da constatação geral acerca da existência desse entrave, foi estabelecido o cartão magnético individual para o pagamento aos fornecedores diretamente na agência bancária (VEIGA JÚNIOR et al., 2017).

Referente às entidades, existem 520 cadastradas no Município de São José de Ribamar, destas 12,30% (n=64/520) são atendidas pelo PAA ribamarense (Figura 05). Porém, houve redução na quantidade destas no período do levantamento, e o ano de 2012 foi que apresentou maior número de beneficiamento de entidades.

Figura 05. Número de entidades beneficiadas com o Programa de Aquisição de Alimentos do Município de São José de Ribamar – MA no período de 2011 a 2015



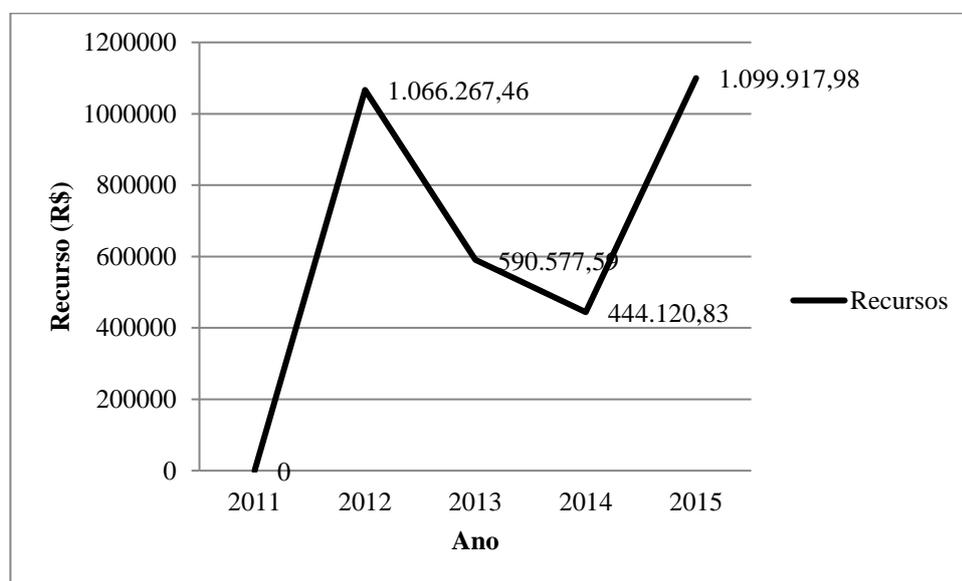
Conforme informações obtidas da Secretaria de Agricultura do Município de São José de Ribamar, no último ano do levantamento (2015), 64 entidades foram beneficiadas, em sua totalidade, representadas por escolas, creches, associações comunitárias, hospitais, instituições filantrópicas, repartições públicas ou conveniadas do Município. Porém, parte da produção dos agricultores desse Município é destinada para entidades localizadas em outros municípios.

A compra da produção dos pequenos agricultores, em sua maioria, para as próprias instituições públicas municipais ribamarenses, traduz o propósito do PAA que é o crescimento da economia local, saúde, educação e bem-estar da população, especialmente das crianças e adolescentes. Especificamente, para essa parcela da população, a aquisição de alimentos frescos, principalmente na merenda escolar das unidades de ensino básico contribui para a melhoria na qualidade das refeições oferecidas o que certamente converge na melhoria do processo ensino-aprendizagem e redução dos índices de evasão escolar.

É concedida ao agricultor participante do PAA, a venda de uma pequena parcela excedente para feiras e intermediários, nesse sentido, é comum essa fração da produção dos agricultores de São José de Ribamar – MA ser escoada para circuitos locais de comercialização, como o Município de São Luís – MA.

Na Figura 06 está sumarizada a quantidade em reais de recursos investidos no PAA no Município de São José de Ribamar – MA.

Figura 06. Recursos em reais (R\$) investidos no Programa de Aquisição de Alimentos do Município de São José de Ribamar – MA no período de 2011 a 2015



Nos anos de 2012 e 2015 houve maior volume de recursos direcionados ao PAA ribamarense o que está em consonância com o maior número de agricultores integrantes do Programa e, ainda, maior quantitativo de produção.

O governo vem investindo recursos crescentes no PAA, e uma forma de checar a operacionalidade do Programa é levantar a execução orçamentária das despesas a ele associadas. Também é fato que em todos os exercícios financeiros da União existem contingenciamentos de despesas previstas no orçamento nas mais diversas rubricas e em várias intensidades. Nesse sentido, a condição dos gastos do PAA de despesa discricionária (permitem ao gestor público flexibilidade quanto ao estabelecimento de seu montante, assim como quanto à oportunidade de sua execução) o torna uma rubrica alvo de contingenciamento quando a necessidade se apresenta (VEIGA JÚNIOR et al.; 2017).

Segundo Reis (2017), as atividades que compõem o setor agropecuário são diversas e o público atendido pelo PAA corresponde apenas uma parcela dessas atividades. Logo, os reflexos do PAA sobre índices econômicos e indicativos sociais dos envolvidos no Programa são difíceis de mensurar e, portanto, não foi alvo de investigação no presente estudo. Nesse contexto, é pertinente destacar que a meta direta do PAA é o fomento à agricultura familiar, à renda e ao enfrentamento das

desigualdades sociais para a população desassistida e, nessa perspectiva o Programa no Município de São José de Ribamar – MA cumpre a meta proposta.

Logo, apesar das dificuldades apresentadas nesse trabalho, é pertinente a análise do programa com uma visão positiva, acreditando, com base nos resultados apresentados, que o PAA trouxe benefícios para a qualidade de vida dos ribamarenses; pois, além do Programa proporcionar um complemento de renda ajudando a manter o agricultor familiar, também ajuda pessoas em vulnerabilidade com a doação de alimentos. Adicionalmente, o PAA conseguiu inserir os produtores no mercado, de maneira que eles não precisariam se preocupar com o local ou os consumidores para quem iriam vender. Com essa renda a mais, é possível que alguns agricultores conseguiram melhorar as condições de produção e de vida.

CONCLUSÕES

Com base nos resultados obtidos pode-se concluir que o PAA:

- É uma política pública com viabilidade de reestruturação e fortalecimento da agricultura familiar no Município de São José de Ribamar.
- Apresenta capacidade de absorver grande variedade de alimentos produzidos no Município de São José de Ribamar.
- É uma forma de desenvolvimento social com a inserção de mulheres agricultoras e conseqüentemente com aumento da remuneração das mesmas.
- É uma forma de melhoria e segurança alimentar com o escoamento da produção voltada para a própria comunidade, com o beneficiamento de escolas e creches.

REFERENCIAS

BRASIL. Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos. **Balço de Avaliação da Execução do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA 2003 a 2010**. Brasília: 2010.

BRASIL. **Resolução GGPA n° 44 de 16 de agosto de 2011**. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. Publicado do Diário Oficial em 17 de agosto de 2011. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=115529>>. Acesso em: 03 nov. de 2017.

BRASIL. Em dez anos, Programa de Aquisição de Alimentos investiu R\$ 5,3 bilhões. 2014. Disponível: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/02/em-dez-anos-programa-de-aquisicao-de-alimentos-investiu-r-5-3-bilhoes>>. Acesso em: 03 nov. de 2017.

BASALDI, O. V. O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 35-46, 2004.

CHMIELEWSKA, D; SOUZA, D.; LAURETE, C. A. **O Programa de Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as Práticas dos Agricultores Participantes Orientadas ao Mercado: Estudo de Caso no Estado de Sergipe**. Instituto Brasileiro de Pesquisa Econômica Aplicada (Texto para Discussão 1.510). Brasília, 2010.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Cresce participação das mulheres no PAA**. 2015. Disponível: <<http://www.conab.gov.br/imprensa-noticia.php?id=36456>>. Acesso em: 03 nov. de 2017.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set., p. 56-62, 2001. Disponível em: <http://pvnocampo.com/agroecologia/agricultura_familiar_e_politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 03 nov. de 2017.

DESER. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07 uma avaliação. 2008. 51 p. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/publicacoes/PAA%20Relat%C3%B3rio%20Final.pdf>>. Acesso em: 03 nov. de 2017.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. **Avaliação dos impactos econômicos, culturais e sociais do programa de aquisição de alimentos no Paraná**. In: Flávio Borges Botelho Filho / Amauri Daros de Carvalho. (Org.). Avaliação de Políticas de

Aquisição de Alimentos. 27 ed. Brasília: UnB / CEAM / NER, v. 7, p. 107-138, 2007.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), Texto para discussão N° 1145, Brasília, Dezembro de 2005.

EMBRAPA. **Visão 2014-2034: o futuro do desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira: síntese**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 53 p. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1024963/1026466/O+Futuro+de+Desenvolvimento+Tecnol%C3%B3gico+da+Agricultura+Brasileira+-+s%C3%ADntese.pdf/3c6b3113-689b-4595-a750-59429d37bc4d>. Acesso em: 29 out. de 2017.

GOMES, A.; BASTOS, F. **Limites e Expectativas da Inserção da Agricultura Familiar no PAA em Pernambuco**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

GRISA, C., SCHMITT, C.J., MATTEI, L.F; MALUF, R.S. e LEITE, S.P. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva**. Apontamentos e questões para o debate. Trabalho apresentado no “Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”, Juazeiro, BA, Brasil, 24 e 25 de agosto de 2009. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABROPPA_Texto_PAA_versao_1ivro.pdf>. Acesso em: 29 out. de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores mínimos**. 2000. Disponível em: <<https://cod.ibge.gov.br/BE5>> Acesso em: 29 out. de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2006**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 out. de 2017

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://ibge.gov.br>>. Acesso em: 29 out. de 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível. **Cidades**. 2017. Disponível em: <<https://cod.ibge.gov.br/BE5>> Acesso em: 29 out. de 2017.

LUCENA, E. C.; LUIZ, J. M. **Uma avaliação da importância do programa de aquisição de alimentos (PAA) na agricultura familiar no município de Ceará Mirim (RN)**. In: 47° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Anais...Porto Alegre, 2009.

MARTINS, S. P.; CAVALCANTI, L. I. Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte. Sociedade e desenvolvimento rural, v. 1, n.1, p. 1-30, 2010.

MATTEI, L. F. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. **Cadernos do CEAM** (UnB), v. 07, p. 33-44, 2007.

- MATTEI, L. F. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do estado de Santa Catarina. IN. **Palestra Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/403.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- MDS. Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2011. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 01 nov. 2017.
- MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. 128p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2007.
- REIS, A. J. R. dos. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: análise da execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comunidade de Itapari/Panaquatira no Município de São José de Ribamar/MA no período de 2011 a 2015**. 2017. 117p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.
- ROCHA, A. G. P.; CERQUEIRA, P. S.; COELHO, V. P. Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá, Vitória da Conquista. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 7, p. 139-163, 2007.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, Coleção Estudos Rurais.
- SILVA, F. C.; SANT'ANA, A. L.; MAIA, A. H.; GONZAGA, D. DE A. **Programa de Aquisição de Alimentos e os Agricultores Assentados e Reassentados do Município de Pereira Barreto-SP**. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.
- SOUZA, R. P. de. **Competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão**. 2011. 259 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - UNICAMP, Instituto de Economia, Campinas, 2011.
- VALENTE, F. L. S. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.
- VEIGA JÚNIOR, W. G. da; SILVA, T. F. C. da; ROSA, E. de P.; CONCEIÇÃO, D. B.; ANDRADE, T. R. M. **Participação dos agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Disponível em: http://www.ceasaminas.com.br/informacoesmercado/artigos/Artigo_Final_Cedeplar-Participacao%20Agricultores_Familiares_no_PAA.pdf. Acesso em: 01 nov. 2017.

VIEIRA, D. F. A. **Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais. Dissertação (Mestrado).** Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura Familiar(AF) vem se destacando ao longo dos anos e, enquanto sujeito do desenvolvimento, ainda está num processo de fortalecimento e valorização, que dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. A importância das políticas públicas voltadas para esta área, principalmente no Estado do Maranhão que possui um grande número de agricultores familiares, é indiscutível.

Neste sentido, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) implantado no município de São José de Ribamar gerou vários impactos positivos e negativos para os agricultores familiares, obviamente que o programa proporcionou mais benefícios do que dificuldades para estes trabalhadores. No entanto vale ressaltar que o principal ponto de discordância e dificuldade observado no estudo diz respeito a regularidade de repasses, pois nem sempre o prazo para pagamentos dos agricultores é respeitado gerando atrasos significativos de meses.

Outro ponto negativo identificado foi a redução da produção no período do levantamento o que pode estar diretamente relacionado a redução na quantidade de agricultores integrantes do PAA que por sua vez pode estar sendo provocado pela falta de assistência técnica, falta de familiaridade plena dos agricultores familiares com os procedimentos burocráticos relativos à exigência de documentos, dificuldades na liberação dos recursos financeiros e falta de acompanhamento sobre quem de fato tem respondido às atribuições destacadas no momento da adesão. Isto posto pela descontinuidade da administração pública municipal de suas formas de governança pública e gestão do modo operante do programa.

Já entre os impactos positivos verificou-se que o PAA, representa uma viabilidade política de reestruturação da agricultura familiar no município analisado, pois houve promoção da qualidade de vida e da segurança alimentar daqueles envolvidos com o programa. Assim além do fortalecimento da agricultura o desenvolvimento social foi observado, com determinado empoderamento das mulheres agricultoras envolvidas, pela diversidade da participação e aumento da remuneração das mesmas

Por este motivo, o programa de aquisição de alimentos representa um marco importante para o desenvolvimento da atividade produtiva pelos agricultores familiares, pois houve grandes avanços em muitos aspectos no que concerne o aumento da renda

familiar pois, apesar das questões burocráticas para inserção do produtor familiar no projeto PAA os produtores encontram-se em um lugar privilegiado, isto é junto a Conab, as instituições beneficiadas e ao mercado consumidor.

Outra característica do programa verificado no município é a capacidade de absorver grande diversidade de produtos, levando em consideração as variações sazonais. A diminuição da dependência extrema dos agricultores aos atravessadores também é outro aspecto decorrente da implantação do PAA em São José de Ribamar.

Como ficou demonstrado esse programa favorece a vida dos agricultores no que se refere ao aumento da produção, pois permite uma regularidade da comercialização e propõe qualidade para os produtos agrícolas. Entretanto, há muito que avançar para que esses produtos conquistem novos mercados.

Assim, ficou constatado que o programa de aquisição de alimentos é um canal eficaz de comercialização, pois eleva a renda do produtor rural, proporciona melhoria na qualidade de vida das pessoas beneficiadas, incentiva a produção de alimentos, estimula a diversificação dos produtos cultivados e contribui para a manutenção do modo de vida do agricultor familiar

Por fim, aqui não se finda as possibilidades inúmeras de realização de outros trabalhos nessa temática, pois a população mundial aumenta e a necessidade por alimentos segue a mesma relação. Portanto, que este trabalho seja uma fonte de dados atualizados sobre o assunto e que possa nortear a realização de outros com a geração de conhecimento e de políticas públicas capazes de melhorar a eficiência e os resultados das atividades econômicas agropecuárias, em particular, da agricultura familiar de São José de Ribamar.

ANEXO



PARA REMESSA DE MATÉRIA TÉCNICA

01. As colaborações enviadas à Revista Higiene Alimentar na forma de artigos, pesquisas, comentários, revisões bibliográficas, notícias e informações de interesse para toda a área de alimentos, devem ser elaboradas utilizando *softwares* padrão IBM/PC (textos em *Word nas mais variadas versões do programa*; gráficos em *Winword, Power Point* ou *Excel*) ou *Page Maker 7*, ilustrações em *Corel Draw* nas mais variadas versões do programa (verificando para que todas as letras sejam convertidas para curvas) ou *Photo Shop*.

02. Os trabalhos devem ser digitados em caixa alta e baixa (letras maiúsculas e minúsculas), evitando títulos e/ou intertítulos totalmente em letras maiúsculas e em negrito. Tipo da fonte *Times New Roman*, ou similar, no tamanho 12.

03. Do trabalho deverão constar as seguintes partes: Título, Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, keywords, Introdução, Material e Métodos, Resultados e Discussão, Conclusão e Referências Bibliográficas. Os gráficos, tabelas e figuras devem fazer parte do corpo do texto e o tamanho total do trabalho deve ficar entre 6 e 9 laudas (aproximadamente 9 páginas em fonte TNR 12, com espaçamento entre linhas 1,5 e margens superior e esquerda 3 cm, inferior e direita 2 cm).

04. Resultados de pesquisas relacionados a seres humanos deverão ser apresentados acompanhados do número do parecer junto ao Comitê de Ética da instituição de origem ou outro relacionado ao Conselho Nacional de Saúde.

05. Do trabalho devem constar: o nome completo do autor e co-autores (respeitando o máximo de quatro), e-mail de todos (será publicado apenas o e-mail do primeiro autor, o qual responde pelo trabalho) e nome completo das instituições às quais pertencem, com três níveis hierárquicos (Universidade, Faculdade, Departamento), também a cidade, estado e país.

06. As referências bibliográficas devem obedecer às normas técnicas da ABNT-NBR-6023 e as citações conforme NBR 10520 sistema autor-data.

07. Para a garantia da qualidade da impressão, são indispensáveis as fotografias e originais das ilustrações a traço. Imagens digitalizadas deverão ser enviadas mantendo a resolução dos arquivos em, no mínimo, 300 pontos por polegada (300 dpi).

08. Será necessário que os colaboradores mantenham seus programas anti-vírus atualizados

09. Todas as informações são de responsabilidade do primeiro autor com o qual faremos os contatos, através de seu e-mail que será também o canal oficial para correspondência entre autores e leitores.

10. Juntamente com o envio do trabalho deverá ser encaminhada declaração garantindo

que o trabalho é inédito e não foi apresentado em outro veículo de comunicação. Na mesma deverá constar que todos os autores estão de acordo com a publicação na Revista.

11. Não será permitida a inclusão ou exclusão de autores e co- autores após o envio do trabalho. Após o envio do trabalho, só será permitido realizar mudanças sugeridas pelo Conselho Editorial.

12. Os trabalhos deverão ser encaminhados exclusivamente *on-line*, ao *e-mail* autores@higienealimentar.com.br .

13. Recebido o trabalho pela Redação, será enviada **declaração de recebimento** ao primeiro autor, no prazo de dez dias úteis; caso isto não ocorra, comunicar-se com a redação através do *e-mail* autores@higienealimentar.com.br

14. As colaborações técnicas serão devidamente analisadas pelo Corpo Editorial da revista e, se aprovadas, será enviada ao primeiro autor declaração de aceite, via *e-mail*.

15. As matérias serão publicadas conforme ordem cronológica de chegada à Redação. Os autores serão comunicados sobre eventuais sugestões e recomendações oferecidas pelos consultores.

16. Para a Redação viabilizar o processo de edição dos trabalhos, o Conselho Editorial solicita, a título de colaboração e como condição vital para manutenção econômica da publicação, que pelo menos um dos autores dos trabalhos enviados seja assinante da Revista. Neste caso, por ocasião da publicação, será cobrada uma taxa de R\$ 50,00 por página diagramada. Não havendo autor assinante, a taxa de publicação será de R\$ 70,00 por página diagramada.

17. Quaisquer dúvidas deverão ser imediatamente comunicadas à Redação através do *e-mail* autores@higienealimentar.com.br